

# **NCE/17/00152 — Decisão de apresentação de pronúncia - Novo ciclo de estudos**

## **Decisão de Apresentação de Pronúncia ao Relatório da Comissão de Avaliação Externa**

1. Tendo recebido o Relatório de Avaliação/Acreditação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao novo ciclo de estudos Economia Política

2. conferente do grau de Doutor

3. a ser lecionado na(s) Unidade(s) Orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.)

Escola de Ciências Sociais e Humanas (ISCTE-IUL)

Faculdade De Economia (UC)

Instituto Superior De Economia E Gestão

4. a(s) Instituição(ões) de Ensino Superior

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Universidade De Coimbra

Universidade De Lisboa

5. decide: Apresentar pronúncia

6. Pronúncia (Português):

Exmos senhores,

Apresenta-se em anexo pronúncia ao relatório preliminar da CAE rreferente ao Doutoramento em Economia Política.

Com os melhores cumprimentos,

O Reitor do ISCTE-IUL

Luís Antero Reto

7. Pronúncia (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

# **Anexos**

## **Pronúncia - Relatório Preliminar da CAE (NCE/17/00152)**

A Comissão de Avaliação Externa (CAE) no seu relatório preliminar à proposta de um novo ciclo de estudos, conducente ao grau de Doutor em Economia Política, tem como recomendação final a sua acreditação condicional, considerando que a designação proposta para o ciclo não é adequada e propondo três alternativas.

O caráter inovador do programa, com uma proposta interdisciplinar no âmbito das ciências sociais, o acordo alcançado entre o ISCTE-IUL, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa para a efetivação desta oferta formativa e um corpo docente com competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos do ciclo de estudos são razões justificativas apresentadas para a recomendação de aprovação do novo ciclo de estudos.

Considerando os argumentos aduzidos pela CAE sobre a desadequação da designação do novo ciclo de estudos, vimos por este meio reafirmar a pertinência da designação inicialmente proposta pelas razões que de seguida se apresentam.

Em primeiro lugar, como a CAE reconhece no seu parecer, o termo Economia Política, como de resto qualquer termo, incluindo os que se referem a áreas disciplinares em ciências sociais, é contestado, existindo neste caso internacionalmente pelo menos duas aceções, uma das quais corresponderia à do Doutoramento proposto. De facto, considerar a economia no seu contexto histórico, social e político é a aceção que se privilegia.

Em segundo lugar, e no espírito de um salutar pluralismo, tratar-se-ia então de reconhecer o direito de mobilizar uma dessas aceções, de resto com tradição histórica dominante em Portugal, na área do Direito, da Economia, e não só, para a designação do Doutoramento. O mesmo acontece noutros países, como por exemplo na Austrália, onde pontifica o Doutoramento em Economia Política na prestigiada Universidade de Sydney. No caso do Doutoramento em Economia Política do King's College London, explicitamente referido no ponto 10 da proposta, considera-se que o programa é tributário de uma abordagem pluralista no que toca às disciplinas envolvidas - em particular, a Economia, a Filosofia Política e a História, aos referenciais teóricos e às metodologias, que o distingue de programas como o Doutoramento em Economia Política da Universidade de Princeton, referido no relatório preliminar da CAE como representativo da outra aceção de Economia Política, e aproxima-o claramente do programa de Doutoramento em Economia Política proposto pelo ISCTE-IUL, a UC e o ISEG-UL.

Em face do acima exposto, não se compreende a razão para uma aceção ter primazia sobre a outra em termos de reconhecimento público, tanto mais que o conteúdo curricular do Doutoramento em Economia Política proposto é, como se admite no relatório preliminar da CAE, particularmente esclarecedor e transparente a este nível, ao debruçar-se sobre o estudo dos capitalismos como sistemas socioeconómicos e de poder. Este é sem dúvida um dos traços mais distintivos da abordagem de Economia Política por nós convocada.

Note-se que uma análise comparativa com ciclos de estudos de referência internacional esteve presente em vários momentos da construção do programa de Doutoramento em Economia Política proposto, tendo-se beneficiado da inserção da equipa docente do programa em redes de investigação internacionais para um acesso privilegiado à estrutura curricular, conteúdos programáticos, bibliografia, metodologias de ensino e de avaliação desses programas de referência internacional.

Em terceiro lugar, mesmo a articulação entre a Economia e a Ciência Política privilegiada pela CAE, não deixa de estar substantivamente presente no nosso ciclo. E isto se tivermos em conta que o tema da economia política comparada e das variedades de capitalismo, tão importante por exemplo na Universidade de Harvard e na London School of Economics, bem como temas variados de Economia Política Internacional, oriundos da ciência política e das relações internacionais, não foram esquecidos. Aliás, o corpo docente desta proposta tem investigadores que têm contribuído para as principais revistas científicas nesta área, como a *New Political Economy*; a *Review of International Political Economy*; e a *Socio-Economic Review*, todas elas com elevados factores de impacto e bem posicionadas nos rankings de referência.

Em quarto lugar, e de acordo com um ponto forte identificado pelo relatório preliminar da CAE, o acordo alcançado entre as três instituições (ISCTE-IUL, UC e ISEG-UL) para a promoção do novo ciclo de estudos implicou um amplo debate, consensualizado no seio das três instituições, em particular nos seus Conselhos Científicos, sobre diversos aspetos da proposta, designadamente a sua denominação. Acreditamos que este debate, amplo e participado, deu robustez ao programa proposto.

Em quinto lugar, a recém-constituída Associação Portuguesa de Economia Política tem nos seus princípios orientadores a aceção de Economia Política por nós defendida, estando alinhada com o entendimento científico partilhado pelas três instituições proponentes e que têm já tradição nesta área.

Adicionalmente, consideramos que as designações alternativas propostas no relatório preliminar da CAE são desadequadas por razões que explicitaremos de seguida, e confirmam, também por exclusão de partes, as virtudes de clareza e transparência da designação por nós escolhida.

A designação de Doutoramento em Ciências Económicas e Sociais arrisca-se a criar, de forma certamente não-intencional, a ideia equívoca que a Economia não é uma ciência social, concedendo-lhe aparente primazia sobre as demais. Não obstante o equívoco de interpretação que pode ser assim gerado, a designação é tão ampla que não permite esclarecer as partes interessadas - estudantes, professores, empregadores - sobre a identidade do programa. A designação Economia Política e Economia Heterodoxa adopta uma fórmula, Economia Heterodoxa, que remete para controvérsias e acantonamentos, com efeitos de polémica, na ciência económica, pressupondo de resto uma "ortodoxia", termo em que ninguém se revê. A designação Economia Social e Política introduz confusão com um termo consolidado nacional e internacionalmente - a Economia Social, ou seja, o chamado Terceiro Sector -, que não faz parte da proposta de Doutoramento em Economia Política. Aliás, existe já, em duas das três instituições que propõem o programa de doutoramento em Economia Política, oferta formativa pós-graduada nesta área da Economia Social, podendo-se assim gerar um forte ruído na comunicação com as partes interessadas no programa - estudantes, professores, empregadores.

Em vista disto, a designação original parece-nos claramente mais desejável. Caso se insista, apesar de tudo, na mudança de nome propomos o seguinte, para acomodar eventuais preocupações de ainda maior transparência quanto ao carácter interdisciplinar do programa: Doutoramento Interdisciplinar em Economia Política. Trata-se de uma designação que, sem deixar de clarificar a área, introduz uma dimensão de articulação disciplinar requerida em vista dos objetos de estudo.

O relatório preliminar da CAE faz ainda menção a algumas incongruências que parecem existir no programa e que se espera que a coordenação do curso venha a tentar ultrapassá-las. Muito

se agradece a sua identificação, que facilitará o trabalho de melhoria a realizar pela equipa de coordenação.

Sublinhe-se que aspetos sobre a articulação entre os serviços das três instituições no recrutamento e seleção de estudantes e acompanhamento académico dos mesmos, ou sobre o acesso aos recursos das três instituições, estão consagrados no acordo de cooperação entre as três instituições.

## **Response - CAE Preliminary Report (NCE/17/00152)**

The External Evaluation Committee (Comissão de Avaliação Externa - CAE), through its preliminary report on the proposal for a new PhD programme in Political Economy, made a final recommendation for its conditional approval, claiming that the proposed designation for the new PhD was inadequate and offering three alternative names.

The conditional approval was justified by the innovative nature of the PhD programme that features an interdisciplinary proposal in the social sciences, by promoting a greater collaboration between ISCTE-IUL, University of Coimbra and University of Lisbon, and, finally, by putting together a group of academically skilled and experienced faculty, which is suitable for the goals set by this programme.

Bearing in mind the arguments given by CAE to conclude for the inadequacy of the original designation – Political Economy –, we hereby reassert the pertinence of our initial proposal for the reasons presented below.

First of all, as CAE acknowledges, the term “Political Economy” is disputed, like any other term in the social sciences. In this case there are at least two international dominant meanings, one of which is in accordance to the one held by the proposed PhD programme. Indeed, we intentionally favour the view that embeds the economy in its historical, social and political context.

Second, recognizing the importance of pluralism, this would acknowledge the right to mobilize one of those meanings: one that has historical pedigree in Portugal, namely in the domain of law, economics and others. This also occurs in other countries, such as Australia, where the PhD in Political Economy at the University of Sidney stands out. Furthermore, the PhD in Political Economy at King’s College, London, explicitly stated under point 10 of the proposal, contributes to a pluralist approach in terms of its subjects – particularly economics, political philosophy and history –, theoretical frameworks and methodologies. Therefore, this latter programme is different from others such as the PhD in Political Economy at Princeton University, mentioned in the CAE preliminary report as an example of the other meaning of Political Economy, showing thus similarities with the PhD programme in Political Economy proposed by ISCTE-IUL, UC and ISEG-UL.

Consequently, there is no reason for one meaning of political economy to take precedence over another in terms of public recognition, especially since the curricular content suggested by the PhD in Political Economy is, according to the CAE preliminary report, particularly enlightening and transparent on its main subject: the interdisciplinary rediscovery of the study of capitalism as a socio-economic and power system. This is no doubt one of the main features of our approach to Political Economy and, as shown above, it is shared by others internationally.

It should be noted that a comparative analysis with other internationally prominent programmes was considered while designing the proposed PhD programme in Political Economy, benefiting from the faculty's participation in international research networks. This allowed us to have privileged access to programmes structure, syllabus, reading lists, and, finally, teaching and evaluation methodologies offered by these internationally programmes.

Third, the articulation between Economics and Political Science favoured by CAE is substantively present in our proposal, if we consider the inclusion of issues from the field of comparative political economy and the varieties of capitalism literature, which stand out at Harvard University and at the London School of Economics, for example, as well as in an array of subjects within International Political Economy, stemming from political science and international relations. Indeed, our PhD includes researchers who have contributed to the main scientific journals in this area, such as *New Political Economy*; *Review of International Political Economy*; and *Socio-Economic Review*, all highly ranked in reference databases.

Fourth, and according to one of the strengths pinpointed by the CAE preliminary report, the agreement between three institutions (ISCTE-IUL, UC and ISEG-UL) towards the promotion of the new PhD programme relied on a broad debate, producing consensus within the three institutions, particularly in their Scientific Boards, over several features of the proposal, namely its designation. We believe that this broad, engaged debate added strength to the proposed programme.

Fifth, the recently created Portuguese Association of Political Economy (*Associação Portuguesa de Economia Política*) mentions in its guiding principles our understanding of Political Economy. This is in line with the research tradition that exists in the three institutions.

Additionally, we believe that the alternative names proposed in the CAE preliminary report are inadequate given the below-mentioned reasons, showing the merits of our chosen designation in terms of clarity and transparency.

The definition "PhD in Economic and Social Sciences" runs the risk, albeit unintended, of conveying the wrong idea that Economics is not a social science. Regardless of the potential misinterpretation, this definition is so extensive that it fails to convey the programme's identity to students, teachers and employers. The definition "Political Economy and Heterodox Economics" adopts a formula, Heterodox Economics, pointing to controversies and disputes in within Economics, thus presuming an "orthodoxy" that nobody identifies with. The definition "Social and Political Economics" is misleading because it resorts to a nationally and internationally consolidated term – Social Economy, i.e., the Third Sector. That is not included in this proposal for a PhD in Political Economy. In fact, two of the three bidding institutions already offer postgraduate training in this area (Social Economy), which could lead to confusion among our programme stakeholders – students, faculty and employers.

Overall, the original designation seems to be clearly the most suitable. Should there be persistent objections to this, we propose a new name in order to accommodate the comments made by the CAE, namely regarding the need to increase the transparency in terms of the programme's interdisciplinary character. The following name is proposed: Interdisciplinary PhD Programme in Political Economy. This is a definition that emphasizes the articulation among subjects and disciplines, while clearly stating the nature of its study objects.

The CAE preliminary report also mentions some inconsistencies that appear in the programme, which are expected to be overcome by the programme's coordination. We highly appreciate their identification, which will aid future improvements introduced by the coordination team.

We would also like to underline that issues related to the articulation between offices at the three institutions, dealing with students recruitment and selection, as well as their academic monitoring, or with access to resources available, are enshrined in the co-operation agreement signed by the three institutions.